

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, e Circular nº 3.930 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board*, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: [www.cnhindustrialcapital.com](http://www.cnhindustrialcapital.com). A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

**A) Risco Socioambiental**

Atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

**B) Risco Operacional**

Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

**C) Risco de Mercado**

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

**D) Risco de Crédito**

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

**E) Risco de Liquidez**

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 11,61%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo a seguir.

**Patrimônio líquido exigido**

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - R\$K	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	
	dez/21
Patrimônio de referência nível I	1.558.366
<b>Capital principal</b>	1.558.366
Patrimônio líquido	1.558.366
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	-7.154
<b>Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN</b>	0
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0
<b>Patrimônio de referência de Nível II</b>	0
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0
Dívida subordinada (3)	0
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>1.551.212</b>
Risco de crédito	12.658.867
Risco de mercado	0
Risco operacional	766.074
<b>Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)</b>	<b>13.424.941</b>
Patrimônio de referência exigido (RWA)	13.424.941
-Índice de Basileia	11,61%
-Índice de Basileia Ampla (inclui RBAN)	11,54%
<b>Capital Nível I</b>	11,61%
Capital principal	11,61%
<b>Capital Nível II</b>	<b>0,00%</b>
<b>RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)</b>	<b>10,14%</b>
<b>Margem (PR - PRE - RBAN)</b>	<b>484.370</b>
Adicional de capital principal mínimo (CP Mínimo)	268.499
Margem para verificação do adicional de capital principal	484.370
Adicional de conservação de capital principal	268.499
Adicional de contracíclico de capital principal	0
Adicional de sistêmico de capital principal	0
Margem sobre o adicional de capital principal	215.871
Percentual de restrição	0
<b>Margem Patrimônio de Referência + Rban</b>	<b>215.871</b>

**A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição. As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial do Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

**OUVIDORIA**

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.860/20, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 50,08% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 34,12% ao segmento de construção e 13,55% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 2,25% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 42,89% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e a contribuição social no valor de R\$ 238.971.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 557.398 milhões representando 4% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022.

**A Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Notas	2021		2020	
<b>CIRCULANTE</b>		6.676.607	5.672.933		
Caixa e equivalentes de caixa	4	601.451	858.127		
Disponibilidades		2.194	227		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	599.257	857.900		
Instrumentos financeiros		6.272.110	4.987.329		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.a	27.288	-		
Operações de crédito	6.a	3.566.795	3.344.922		
Títulos de créditos a receber	6.b	2.628.711	1.593.140		
Outros ativos financeiros	7.a	49.316	49.267		
Operações de arrendamento mercantil		40.547	2.008		
Operações de arrendamento mercantil	6.a	40.547	2.008		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.e	(241.288)	(174.737)		
Provisão para perdas em operações de crédito		(212.165)	(147.779)		
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(241)	(10)		
Provisão para outros ativos		(28.882)	(26.948)		
Outros ativos		3.787	206		
Despesas antecipadas		3.787	206		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		7.714.439	6.374.500		
Instrumentos financeiros		7.775.451	6.278.841		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.a	80.029	-		
Operações de crédito	6.a	7.682.721	6.258.268		
Títulos de créditos a receber	6.b	61	8.016		
Outros ativos financeiros	7.a	12.640	12.557		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.e	(316.110)	(196.672)		
Provisão para perdas em operações de crédito		(316.110)	(196.592)		
Provisão para outros ativos		-	(80)		
Créditos tributários	13.b & c	230.693	253.436		
Crédito tributário		230.693	253.436		
Outros ativos		14.912	37.004		
Outros valores e bens		14.912	37.004		
Imobilizado de uso		11.963	12.823		
Outras imobilizações de uso		11.963	12.823		
Intangível	8	9.336	6.162		
Ativos intangíveis		9.336	6.162		
Depreciações e amortizações		(11.337)	(10.809)		
Depreciações e amortizações		(11.337)	(10.809)		
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(469)	(6.285)		
Provisão para desvalorizações		(469)	(6.285)		
<b>T o t a l</b>		<b>14.391.046</b>	<b>12.047.433</b>		

PASSIVO	Notas	2021		2020	
<b>CIRCULANTE</b>		4.419.030	4.299.629		
Depósitos e demais instrumentos financeiros		4.324.860	4.295.289		
Depósitos interfinanceiros	9	1.159.230	-		
Depósitos a prazo	9	1.055.912	1.454.569		
Obrigações por emissão de letras imobiliárias	10	-	14.833		
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	334.634	145.581		
Obrigações por emissão de letras financeiras	10	33.729	843.038		
Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	11	1.681.751	1.754.035		
Instrumentos financeiros derivativos	21.a	26.503	22.781		
Parcelas recebidas e não baixadas		7.840	35.604		
Outros passivos financeiros	7.a	25.261	24.848		
Obrigações fiscais	7.b	94.170	4.339		
Impostos e contribuições a recolher		94.170	4.339		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		8.406.497	6.352.934		
Depósitos e demais instrumentos financeiros		8.311.938	6.310.045		
Depósitos interfinanceiros	9	1.122.666	-		
Depósitos a prazo	9	702.751	1.306.548		
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	850.100	-		
Obrigações por emissão de letras financeiras	10	1.260.735	47.800		
Obrigações por repasses - instituições oficiais	11	4.195.402	4.687.009		
Instrumentos financeiros derivativos	21.a	2.391	73.517		
Outros passivos financeiros	7.a	1.355	1.355		
Resultados de exercícios futuros	12	176.538	193.816		
Provisões	20	21.557	38.387		
Contingências		21.557	38.387		
Obrigações fiscais diferidas	7.b	73.002	4.502		
Obrigações fiscais diferidas		73.002	4.502		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	1.565.519	1.394.870		
Capital social		1.232.549	972.549		
Reserva de capital		113.908	113.908		
Reserva de lucros		141.877	332.906		
Outros resultados abrangentes	21.b	77.185	(24.493)		
<b>T o t a l</b>		<b>14.391.046</b>	<b>12.047.433</b>		



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		885.170	1.424.333	971.295
Operações de crédito	6.a	744.896	1.245.559	983.365
Operações de arrendamento mercantil	6.a	12.498	17.996	6.446
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	19.422	28.036	20.267
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	1.389	(33.017)	(50.602)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.a	106.965	165.759	11.819
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		(628.201)	(906.104)	(590.227)
Captações no mercado	9	(192.443)	(263.996)	(105.216)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(173.094)	(351.721)	(336.044)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(10.674)	(15.463)	(6.171)
Provisão para perdas com créditos		(251.990)	(274.924)	(142.796)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		256.969	518.229	381.068
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(63.836)	(121.767)	(123.083)
Receitas de prestação de serviços		5.208	8.599	8.525
Despesas de pessoal		(27.465)	(46.694)	(44.135)
Outras despesas administrativas	15	(52.921)	(82.722)	(71.620)
Despesas tributárias		(13.400)	(25.539)	(23.290)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	-	25
Outras receitas operacionais	16	28.023	34.451	11.704
Outras despesas operacionais	17	(3.281)	(9.862)	(4.292)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		193.133	396.462	257.985
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		(695)	5.019	769
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES</b>		192.438	401.481	258.754
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	13	(67.579)	(156.535)	(94.724)
Imposto de renda corrente		(35.487)	(76.869)	(14.549)
Contribuição social corrente		(38.754)	(71.614)	(9.654)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.662	(8.052)	(70.521)
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO</b>		(3.163)	(5.975)	(4.246)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		121.696	238.971	159.784
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas		0,17	0,24	0,16

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
<b>1 - RECEITAS</b>	667.497	1.200.067	849.947
Intermediação financeira	885.170	1.424.333	971.295
Prestação de serviços	5.208	8.599	8.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(251.990)	(274.924)	(142.796)
Outras receitas operacionais	28.023	34.451	11.704
Outras receitas não operacionais	1.086	7.608	1.219
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	(376.211)	(631.180)	(447.431)
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(56.311)	(92.123)	(73.803)
Materiais, energia e outros	(52)	(91)	(4.082)
Serviços de terceiros	(8.097)	(12.626)	(2.909)
Outras despesas administrativas	(43.100)	(66.955)	(62.070)
Outras despesas operacionais	(3.281)	(9.862)	(4.292)
Outras despesas não operacionais	(1.781)	(2.589)	(450)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)</b>	234.975	476.764	328.713
<b>5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	(1.336)	(2.518)	(2.079)
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)</b>	233.639	474.246	326.634
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	-	-	25
<b>8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)</b>	233.639	474.246	326.659
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Pessoal	26.668	44.571	41.261
Remuneração direta	22.542	38.329	33.224
Benefícios	2.953	3.648	5.637
F.G.T.S.	1.173	2.594	2.400
Impostos, taxas e contribuições	84.940	190.173	125.134
Federais	84.588	189.503	124.518
Estaduais	4	96	149
Municipais	348	574	467
Remuneração de capitais de terceiros	335	531	480
Aluguéis	335	531	480
Remuneração de capitais próprios	121.696	238.971	159.784
Juros sobre o capital próprio	62.993	62.993	37.762
Lucros retidos	58.703	175.978	122.022
<b>T o t a l</b>	233.639	474.246	326.659

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
<b>Lucro líquido</b>		121.696	238.971	159.784
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado</b>				
<b>Outros resultados abrangentes</b>	21.b	49.507	101.678	(9.085)
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>		49.507	101.678	(9.085)
<b>Variação de valor justo</b>		90.013	184.870	(16.603)
<b>Efeito fiscal</b>		(40.506)	(83.192)	7.518
<b>Total do Resultado abrangente</b>		171.203	340.649	150.699

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020	2º semestre de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro líquido	121.696	238.971	159.784			
Ajustes ao lucro líquido	244.293	277.366	207.542			
Depreciações e amortizações	1.336	2.518	2.079			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	251.990	274.924	142.796			
Provisão para desvalorização - bens não de uso	-	274	615			
Provisão para contingências	2.975	8.876	3.323			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.662)	8.052	70.521			
Aumento em resultados de exercícios futuros	(5.346)	(17.278)	(11.792)			
Variação em ativos e passivos:	(206.194)	(620.803)	222.767			
Redução em instrumentos financeiros derivativos (I.F.D.)	(110.183)	(174.723)	52.233			
Redução em operações de crédito e de arrendamento	(2.166.228)	(1.775.654)	266.723			
Redução em outros créditos	(545.080)	(1.071.912)	(1.466.149)			
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(1.126)	(9.671)	(64)			
Redução / (aumento) em depósitos	1.462.051	1.279.442	1.134.211			
Redução em obrigações por empréstimo e repasses	501.921	(563.891)	498.422			
Redução em outras obrigações	99.474	189.761	29.834			
Impostos pagos	-	(23.779)	(40.876)			
Redução em captação no mercado aberto	503.470	1.427.946	(242.483)			
Redução em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	49.507	101.678	(9.085)			
<b>Caixa líquido originado em atividades operacionais</b>	159.795	(104.466)	590.093			
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>						
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	365	469	329			
Alienação de bens não de uso próprio	1.676	22.092	(11.293)			
Alienação de investimentos	11	2	(29)			
Baixa / aplicação no ativo intangível	(3.992)	(4.773)	(742)			
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.940)	17.790	(11.735)			
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>						
Aumento de capital	-	-	32.098			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(170.000)	(170.000)	(37.762)			
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos</b>	(170.000)	(170.000)	(5.664)			
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(12.145)	(256.676)	572.693			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	613.596	858.127	285.434			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	601.451	601.451	858.127			
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(12.145)	(256.676)	572.693			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		940.451	113.908	210.884	-	(15.408)	1.249.835
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(9.085)	(9.085)
Aumento de capital		32.098	-	-	-	-	32.098
Lucro líquido do exercício		-	-	-	159.784	-	159.784
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal		-	-	7.989	(7.989)	-	-
Reserva outras		-	-	151.795	(151.795)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(37.762)	-	-	(37.762)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		972.549	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
<b>Mutações do exercício</b>		32.098	-	122.022	-	(9.085)	145.035
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		972.549	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.b	-	-	-	-	101.678	101.678
Aumento de capital		260.000	-	(260.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	238.971	-	238.971
Dividendos pagos		-	-	(107.007)	-	-	(107.007)
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal		-	-	11.949	(11.949)	-	-
Reserva outras		-	-	227.022	(227.022)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(62.993)	-	-	(62.993)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		1.232.549	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
<b>Mutações do exercício</b>		260.000	-	(191.029)	-	101.678	170.649
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		972.549	113.908	450.181	-	27.678	1.564.316
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	49.507	49.507
Aumento de capital		260.000	-	(260.000)	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	121.696	-	121.696
Dividendos pagos		-	-	(107.007)	-	-	(107.007)
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal		-	-	6.085	(6.085)	-	-
Reserva outras		-	-	115.611	(115.611)	-	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(62.993)	-	-	(62.993)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		1.232.549	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
<b>Mutações do semestre</b>		260.000	-	(308.304)	-	49.507	1.203

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") está constituído sob a forma de banco múltiplo, sendo parte do grupo CNH Industrial ("Grupo"), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo e de acordo com suas políticas de crédito. O Banco está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 na Cidade Industrial de Curitiba, onde é também o local de seus principais negócios. O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de agosto de 2020, foram incluídas nas demonstrações contábeis as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2022. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020;
- (e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 – Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (l) CPC 33 – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- (m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/2020;
- (n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

**b) Fluxo de caixa**

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

**d) Instrumentos financeiros**

**Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda – avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

**Instrumentos financeiros derivativos**

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

- I - "*hedge*" de risco de mercado; e
- II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

- 1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
- 2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

**Valor justo dos instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

**Mensuração do valor justo**

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

**e) Provisão para perdas em operações de crédito**

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

**f) Bens não de uso próprio**

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

**g) Arrendamento mercantil**

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

**h) Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

**i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")**

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos – créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

**j) Passivo circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

**k) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

**l) Provisões para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – diversos" e "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

**m) Uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**n) Resultado de exercícios futuros**

Referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

**o) Lucro líquido por lote de mil ações**

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

**p) Resultados recorrentes / não recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
- II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Disponibilidades .....	2.194	227
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	599.257	857.900
<b>Total .....</b>	<b>601.451</b>	<b>858.127</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Título	2021			2020		
	Circulante até 3 meses	Circulante após 3 meses	Não circulante acima de 1 ano	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	101.059	-	-	101.059	400.899	400.899
Operações compromissadas	498.198	-	-	498.198	457.001	457.001
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	27.288	80.029	107.317	-	-
<b>Total</b>	<b>599.257</b>	<b>27.288</b>	<b>80.029</b>	<b>706.574</b>	<b>857.900</b>	<b>857.900</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 28.036 (R\$ 20.267 em 2020).

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:**

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Repasse no país - BNDES FINAME	1.728.845	1.780.783
Empréstimos e financiamentos	1.837.950	1.564.139
Arrendamento mercantil	40.547	2.008
Provisão para perdas em operações de crédito	(212.165)	(147.779)
Provisão para perdas em arrendamento mercantil	(241)	(10)
<b>Subtotal</b>	<b>3.394.936</b>	<b>3.199.141</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Repasse no país - BNDES FINAME	4.159.113	4.611.395
Empréstimos e financiamentos	3.523.608	1.646.873
Provisão para perdas em operações de crédito	(316.110)	(196.592)
<b>Subtotal</b>	<b>7.366.611</b>	<b>6.061.676</b>
<b>Total</b>	<b>10.761.547</b>	<b>9.260.817</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 1.245.559 e receitas com operações de recebíveis com a montadora no montante de R\$ 165.759 (R\$ 983.365 e R\$ 11.819 respectivamente em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 17.996 (R\$ 6.446 em 2020) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 15.463 (R\$ 6.171 em 2020). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 241 (R\$ 10 em 2020).

**b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honradas, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:**

	2021	2020
<b>SETOR PRIVADO</b>		
Rural	7.072.845	6.142.190
Indústria	295.944	196.270
Comércio	2.526.104	1.869.390
Serviços	3.844.369	2.993.219
Pessoa física	2.196	5.285
Órgão público	177.377	-
<b>Total da carteira</b>	<b>13.918.835</b>	<b>11.206.354</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Operações de crédito (6.a)	3.566.795	3.344.922
Valor presente das operações de arrendamento mercantil (6.a)	40.547	2.008
Devedores por compra de valores e bens (a)	2.628.711	1.593.140
<b>Subtotal</b>	<b>6.236.053</b>	<b>4.940.070</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Operações de crédito (6.a)	7.682.721	6.258.268
Devedores por compra de valores e bens	61	8.016
<b>Subtotal</b>	<b>7.682.782</b>	<b>6.266.284</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>13.918.835</b>	<b>11.206.354</b>

(a) Em 1º de dezembro de 2020, o Banco passou a comprar créditos de recebíveis de concessionários junto à CNH Industrial Brasil Ltda.

**c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco**

Nível de risco	2021				2020			
	Em curso normal	Operações	Provisões	Total	Operações	Provisões	Total	Total
AA	1.663.713	-	-	1.663.713	-	-	1.233.502	-
A	5.883.627	29.418	-	5.883.627	29.418	-	4.186.497	20.932
B	3.244.643	32.446	29.877	3.274.520	32.745	2.992.225	2.992.225	29.923
C	1.896.945	56.908	74.643	1.971.588	59.147	1.644.958	1.644.958	49.348
D	513.140	51.314	52.458	565.598	56.560	845.968	845.968	84.597
E	175.772	52.732	46.223	138.667	221.995	66.599	140.132	42.040
F	21.078	10.539	12.721	6.360	33.799	16.899	17.545	8.773
G	11.686	8.180	14.870	26.556	18.589	32.435	32.435	22.704
H	220.376	220.377	57.063	57.064	277.441	113.092	113.092	113.092
<b>Total</b>	<b>13.630.980</b>	<b>461.914</b>	<b>287.855</b>	<b>13.918.835</b>	<b>557.398</b>	<b>11.206.354</b>	<b>11.206.354</b>	<b>371.409</b>

d) **Provisão para títulos e créditos a receber**  
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui provisão no montante de R\$ 28.882 (R\$ 27.028 em dezembro de 2020), registrada no ativo na conta "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito outros ativos" referente aos títulos e créditos a receber de R\$ 2.628.772 (R\$ 1.601.156 em dezembro 2020).

**e) Movimentação da provisão para perdas com crédito**

A movimentação da provisão para perdas com créditos nos semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2021	2020
Saldo no início do período	371.409	317.569
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	274.924	142.796
Parcela baixada (compensação como prejuízo)	(88.935)	(88.956)
<b>Saldo final</b>	<b>557.398</b>	<b>371.409</b>

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 309.769 (R\$ 57.559 em 2020) e os créditos renegociados somaram R\$ 365.478 (R\$ 330.556 em 2020).

**f) Concentração de risco de crédito**

	2021	%	2020	%
<b>Maiores devedores</b>				
10 maiores devedores	960.974	7%	746.045	7%
20 seguintes maiores devedores	897.559	6%	855.138	8%
50 seguintes maiores devedores	1.181.588	9%	991.745	9%
100 seguintes maiores devedores	1.195.452	9%	894.050	8%
200 seguintes maiores devedores	1.173.664	8%	849.448	8%
500 seguintes maiores devedores	1.354.270	10%	1.043.069	9%
Acima dos 500 maiores devedores	7.155.328	51%	5.826.859	51%
<b>Total</b>	<b>13.918.835</b>	<b>100%</b>	<b>11.206.354</b>	<b>100%</b>

**7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS**

**a) Outros ativos e passivos financeiros**

	2021	2020
<b>Outros ativos financeiros - circulante</b>		
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18)	4.561	5.912
Imposto a compensar	17.706	33.361
Participações pagas antecipadamente	1.997	1.807
Outros (a)	25.052	8.187
<b>Total</b>	<b>49.316</b>	<b>49.267</b>
<b>Outros ativos financeiros - não circulante</b>		
Devedores de depósito em garantia	11.721	11.636
Outros investimentos	919	921
<b>Total</b>	<b>12.640</b>	<b>12.557</b>
<b>Outros passivos financeiros - circulante</b>		
Sociais e estatutárias	11.625	7.869
Provisão para pagamentos a efetuar	6.888	7.717
Despesas de pessoal	4.303	7.109
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.445	1
Outras despesas administrativas	-	2.152
<b>Total</b>	<b>25.261</b>	<b>24.848</b>
<b>Outros passivos financeiros - não circulante</b>		
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 18)	1.355	1.355
<b>Total</b>	<b>1.355</b>	<b>1.355</b>

(a) Valor a receber referente à venda de bens não de uso registrado em outros devedores diversos.

**b) Obrigações fiscais e diferidas**

	2021	2020
<b>Obrigações fiscais - circulante</b>		
Impostos e contribuições a recolher	94.170	4.339
<b>Total</b>	<b>94.170</b>	<b>4.339</b>
<b>Obrigações fiscais - não circulante</b>		
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13.b)	73.002	4.502
<b>Total</b>	<b>73.002</b>	<b>4.502</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Intangível	9.336	6.162
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(2.182)	(2.182)
<b>Total</b>	<b>7.154</b>	<b>3.980</b>
<b>Movimentação do intangível</b>		
Saldo inicial	6.162	6.319
Adição / (baixa) do período	3.174	(157)
Saldo final	9.336	6.162
<b>Movimentação da amortização</b>		
Saldo inicial	(2.182)	(1.956)
Amortização (líquida de reversão) do período	-	(226)
Saldo final	(2.182)	(2.182)

**9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO**

Título	2021				2020	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total	Total
CDI*	955.060	204.170	1.122.666	-	2.281.896	-
CDB	26.050	229.716	204.308	498.443	958.517	2.002.073
DPGE	15.139	785.007	-	-	800.146	759.044
<b>Total</b>	<b>996.249</b>	<b>1.218.893</b>	<b>1.326.974</b>	<b>498.443</b>	<b>4.040.559</b>	<b>2.761.117</b>

(\* A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 69,60% do CDI (99,93% em 2020).

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 263.996 (R\$ 105.216 em 2020), com depósitos interfinanceiras e a prazo e obrigações por emissão de letras (vide Nota 10).

**10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS**

Título	2021			2020	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total	Total
LCA	334.634	850.100	1.184.734	-	145.581
LF	33.729	1.260.735	1.294.464	-	890.838
LCL	-	-	-	-	14.833
<b>Total</b>	<b>368.363</b>	<b>2.110.835</b>	<b>2.479.198</b>	<b>-</b>	<b>1.051.252</b>

A taxa média verificada para as operações de letras financeiras, letras de créditos imobiliários e do agronegócio no ano foi de 105,15% do CDI (103,26% em 2020).

**11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 1.681.751 e R\$ 4.195.402 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 1.754.035 e R\$ 4.687.009 em dezembro de 2020), refere-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2028 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1% e 3% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 351.721 (R\$ 336.044 em 2020).

**12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS**

Representados por R\$ 176.538 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 193.816 em dezembro de 2020), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Brasil Ltda. e sua rede de concessionárias como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	395.507	254.508
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% (20% a partir de março de 2020), respectivamente	(187.442)	(112.556)
<b>Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:</b>	<b>30.907</b>	<b>17.832</b>
Efeito de outras adições / exclusões do semestre	(2.609)	(1.979)
Destinação para incentivos fiscais	3.351	968
Variação do diferido	-	2.737
Efeito dos juros sobre o capital próprio	31.497	16.993
Outros ajustes	(1.332)	(887)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(156.535)	(94.724)

A variação do diferido refere-se principalmente à nova alíquota da CSLL que entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, sobre os créditos a serem realizados até essa data.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos**

Descrição	2021	2020
Provisão para perdas com créditos (a).....	214.495	210.233
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR).....	1.060	1.060
Provisão para contingências.....	9.261	3.867
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	211	2.828
COFINS Lei nº 9.718.....	440	9.647
Outros.....	5.226	25.801
<b>Total do crédito tributário</b> .....	<b>230.693</b>	<b>253.436</b>
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e hedge de fluxo de caixa.....	(73.002)	(4.502)
<b>Subtotal</b> .....	<b>(73.002)</b>	<b>(4.502)</b>
<b>Créditos tributários - líquidos</b> .....	<b>157.691</b>	<b>248.934</b>

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 169.903 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 44.592.

**c) Expectativa de realização dos créditos tributários**

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2021, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2021	2020
2021.....	-	72.107
2022.....	52.635	48.529
2023.....	62.595	48.416
2024.....	40.279	43.311
2025.....	37.830	41.073
2026.....	37.354	-
<b>Total</b> .....	<b>230.693</b>	<b>253.436</b>

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 182.069 (R\$ 240.175 em dezembro de 2020).

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.232.549.485 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 1.224.274.148 ações pertencentes à New Holland Limited com sede na Holanda, e 8.275.337 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 260.000 (emissão de 260.000.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021.

**b) Reserva de capital**

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

**c) Reserva de lucros**

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 238.971 com utilização do lucro líquido do exercício. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 11.949.

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 28 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 37.762 (R\$ 32.098 líquido do imposto de renda na fonte).

Em 19 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 20.000 (R\$ 17.000 líquido do imposto de renda na fonte).

Em 22 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 42.993 (R\$ 36.544 líquido do imposto de renda na fonte).

Em 22 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos no montante bruto de R\$ 107.007, oriundos de Lucros registrado na rubrica "reservas especiais de lucros".

Lucro Básico e Diluído por ação:

Descrição	2021	2020
Número de ações.....	1.232.549.485	972.549.485
Lucro básico e diluído por ações (em R\$ mil).....	0,24	0,16
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil).....	240,36	164,29

**15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Descrição	2º semestre		Exercício	
	de 2021	de 2021	2021	2020
Despesas de serviços técnicos especializados (a).....	(17.198)	(25.869)	(13.956)	
Despesas de serviços de terceiros (b).....	(5.916)	(10.207)	(9.801)	
Despesas de processamento de dados.....	(2.355)	(4.591)	(5.415)	
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais.....	(2.758)	(5.175)	(4.486)	
Despesas de viagens e transportes.....	(254)	(372)	(793)	
Despesas de promoções e publicidade (c).....	(10.602)	(13.464)	(15.620)	
Despesa de serviço do sistema financeiro.....	(4.727)	(8.769)	(8.133)	
Despesas de amortização e depreciação.....	(1.336)	(2.518)	(2.080)	
Despesas de comunicações.....	(168)	(311)	(272)	
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(1.981)	(3.741)	(4.139)	
Outras despesas administrativas.....	(5.626)	(7.705)	(6.925)	
<b>Total</b> .....	<b>(52.921)</b>	<b>(82.722)</b>	<b>(71.620)</b>	

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 19.542 (R\$ 7.625 em 2020) e serviços de análise de crédito R\$ 4.786 (R\$ 4.890 em 2020).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 4.740 (R\$ 4.607 em 2020) e serviços de remarketing R\$ 5.467 (R\$ 5.194 em 2020) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 13.147 (R\$ 14.924 em 2020) e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 317 (R\$ 696 em 2020).

**16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

Descrição	2º semestre		Exercício	
	de 2021	de 2021	2021	2020
Outras rendas operacionais (a).....	5.894	12.242	10.624	
Recuperação de encargos e despesas.....	22.129	22.209	1.080	
<b>Total</b> .....	<b>28.023</b>	<b>34.451</b>	<b>11.704</b>	

(a) Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

**17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

Descrição	2º semestre		Exercício	
	de 2021	de 2021	2021	2020
Despesas de fianças bancárias.....	-	-	(68)	
Despesas com provisão para contingências (a).....	(2.975)	(8.876)	(3.323)	
Despesas de vistorias de bens financiados.....	(105)	(224)	(331)	
Outras despesas operacionais.....	(201)	(762)	(570)	
<b>Total</b> .....	<b>(3.281)</b>	<b>(9.862)</b>	<b>(4.292)</b>	

(a) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Ativo	2º semestre 2021		Exercício 2021		Exercício 2020	
	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)
<b>Depósitos (CDB e LCA)</b>						
CNH Industrial Brasil Ltda.....	(161.958)	(7.494)	(161.958)	(9.174)	(114.316)	(5.478)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.....	(137.002)	(5.519)	(137.002)	(7.009)	(102.978)	(5.325)
On-Highway Brasil Ltda.....	(24.948)	(661)	(24.948)	(851)	(11.330)	(152)
FPT Industrial Brasil Ltda.....	-	(903)	-	(903)	-	-
Demais empresas.....	-	(411)	-	(411)	-	-
<b>Serviços prestados</b>						
CNH Industrial Brasil Ltda.....	(8)	-	(8)	-	(8)	(1)
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.....	(17)	(997)	(17)	(2.103)	(35)	(1.116)
<b>Outros créditos e obrigações</b>						
CNH Industrial NV.....	(77.975)	20.432	(77.975)	41.288	(81.022)	28.819
CNH Industrial Brasil Ltda.....	-	-	-	-	-	(68)
CNH Industrial Brasil Ltda.....	(1.355)	-	(1.355)	-	(1.355)	-
CNH Industrial Brasil Ltda.....	4.561	-	4.561	-	5.912	-
CNH Industrial Brasil Ltda.(a).....	(81.181)	20.432	(81.181)	41.288	(85.579)	28.887

(a) Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, conforme mencionado na Nota 12.

**19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram no semestre R\$ 4.115 (R\$ 3.764 em 2020). A Instituição não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

**20. CONTINGÊNCIAS**

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 1.201 (R\$ 21.843 em dezembro de 2020), na rubrica de "Provisões contingenciais - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 11.452 (R\$ 7.951 em dezembro de 2020) e "Provisões contingenciais - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 8.904 (R\$ 8.593 em dezembro de 2020).

**Provisões para contingências fiscais**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

• O Banco possui provisionado o montante de R\$ 1 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

**Provisões para contingências trabalhistas**

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.904 (R\$ 8.593 em dezembro de 2020) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

**Provisões para contingências cíveis**

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 11.452 (R\$ 7.951 em dezembro de 2020) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

**Movimentação das provisões**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2020.....	21.843	8.593	7.951	38.387
Constituição / Reversão.....	(20.642)	2.637	5.138	(12.867)
Atualização monetária.....	-	-	-	-
Baixas por pagamento.....	-	(2.326)	(1.637)	(3.963)
Saldo final em 31/12/2021.....	1.201	8.904	11.452	21.557

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

(a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

(b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

(c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

**a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)**

Contratos de swaps	2021		Ajuste ao valor de mercado
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	3.062.651	(61.913)	78.423
<b>Total</b> .....	<b>3.062.651</b>	<b>(61.913)</b>	<b>78.423</b>

Contratos de swaps	2020		Ajuste ao valor de mercado
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	1.974.000	(51.764)	(96.298)
<b>Total</b> .....	<b>1.974.000</b>	<b>(51.764)</b>	<b>(44.534)</b>

(\*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2021.....	785	77.922	(284)	78.423
31/12/2020.....	(22.781)	(73.517)	-	(96.298)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor notional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor notional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado. Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

**b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários**  
A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2021	2020
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício.....	140.336	(44.534)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social.....	(63.151)	20.041
Ajuste de avaliação patrimonial.....	77.185	(24.493)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de *swap* em aberto na data de 31 de dezembro de 2021

Descrição	Valor referencial	Valor justo
<b>Posição ativa - hedge de fluxo de caixa</b>		
Taxa 100,00% CDI.....	3.062.651	3.233.651
<b>Total</b>	<b>3.062.651</b>	<b>3.233.651</b>
<b>Posição passiva - hedge de fluxo de caixa</b>		
Taxa pré.....	3.062.651	3.155.228
<b>Total</b>	<b>3.062.651</b>	<b>3.155.228</b>
Diferencial - hedge de fluxo de caixa.....		78.423
<b>Valor de mercado</b>		<b>78.423</b>

**c) Instrumentos e objetos de hedge**

Especificação	31/12/2021				Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva		Valor de mercado		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
<b>Instrumento de hedge</b>					
<i>Swap</i> - DI-PRE.....	3.220.207	3.282.119	3.233.651	3.155.228	78.423
<b>Item objeto de hedge</b>	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCI.....	3.316.283		3.316.288		
<b>31/12/2020</b>					
	Valor da curva		Valor de mercado		Ajuste a valor de mercado
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
<b>Instrumento de hedge</b>					
<i>Swap</i> - DI-PRE.....	2.027.085	2.078.849	2.027.084	2.123.382	(96.298)
<b>Item objeto de hedge</b>	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCI.....	1.840.378		1.840.378		

**22. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2021				Diferença
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>ATIVOS</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	601.451	-	601.451	-	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil.....	11.290.063	-	-	11.073.578	216.485
Títulos e créditos a receber.....	2.628.772	-	-	2.628.772	-
Outros ativos financeiros.....	169.273	-	169.273	-	-
<b>Total</b>	<b>14.689.559</b>		<b>770.724</b>	<b>13.702.350</b>	<b>216.485</b>
<b>PASSIVOS</b>					
Depósitos interfinanceiros.....	2.281.896	-	2.296.091	-	(14.195)
Depósitos a prazo.....	1.758.663	-	1.746.718	-	11.945
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	1.184.734	-	1.167.636	-	17.098
Obrigação por emissão de letras financeiras.....	1.294.464	-	1.323.435	-	(28.971)
Repasses do país - instituições oficiais.....	5.877.153	-	5.308.936	-	568.217
Instrumentos financeiros derivativos.....	28.894	28.894	-	-	-
Outros passivos financeiros.....	34.456	-	34.456	-	-
<b>Total</b>	<b>12.460.260</b>	<b>28.894</b>	<b>11.877.272</b>		<b>554.094</b>
<b>31/12/2020</b>					
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Diferença
<b>ATIVOS</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	858.127	-	858.127	-	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil.....	9.605.198	-	-	9.887.099	281.901
Títulos e créditos a receber.....	1.601.156	-	-	1.601.156	-
Outros ativos financeiros.....	86.266	-	86.266	-	-
<b>Total</b>	<b>12.150.747</b>		<b>944.393</b>	<b>11.488.255</b>	<b>281.901</b>
<b>PASSIVOS</b>					
Depósitos a prazo.....	2.761.117	-	2.770.215	-	(9.098)
Obrigação por emissão de letras imobiliárias.....	14.833	-	14.908	-	(75)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	145.581	-	145.581	-	-
Obrigação por emissão de letras financeiras.....	890.838	-	894.078	-	(3.240)
Repasses do país - instituições oficiais.....	6.441.044	-	6.111.779	-	329.265
Instrumentos financeiros derivativos.....	96.298	96.298	-	-	-
Outros passivos financeiros.....	54.985	-	54.985	-	-
<b>Total</b>	<b>10.404.696</b>	<b>96.298</b>	<b>9.991.546</b>		<b>316.852</b>

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Caixa e equivalentes de caixa** - compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 03 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- b) Operações de crédito e Títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e *spread*, conforme detalhado abaixo:
- Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
  - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
  - Spread* da Operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.
- Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixa futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.
- c) Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

**d) Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.

**e) Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no Nível 3 na classificação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.

**f) Obrigação por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.

**g) Repasses do país - instituições oficiais** - os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

**h) Instrumentos financeiros derivativos** - têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

**Análise de sensibilidade**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Valorização		
				1%	25%	50%
Operações de crédito.....	Índice IPCA	79.522	5,07	4.072	5.040	6.048
Depósitos interfinanceiros.....	Índice DI	1.885.114	9,15	174.213	215.610	258.732
Depósitos a prazo.....	Índice DI	1.375.207	9,15	127.090	157.289	188.747
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	Índice DI	263.423	9,15	24.344	30.129	36.155
Obrigação por emissão de letras financeiras ...	Índice DI	1.264.570	9,15	116.865	144.635	173.562
Repasses do país - instituições oficiais.....	Índice IPCA	78.285	5,07	4.009	4.961	5.954
Instrumentos financeiros derivativos.....	Índice DI	28.894	9,15	2.670	3.305	3.966
<b>Efeito líquido</b>				<b>453.263</b>	<b>560.969</b>	<b>673.164</b>

**Cenário em baixa**

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Deterioração		
				1%	25%	50%
Operações de crédito.....	Índice IPCA	79.522	5,07	(4.072)	(5.040)	(6.048)
Depósitos interfinanceiros.....	Índice DI	1.885.114	9,15	(174.213)	(215.610)	(258.732)
Depósitos a prazo.....	Índice DI	1.375.207	9,15	(127.090)	(157.289)	(188.747)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	Índice DI	263.423	9,15	(24.344)	(30.129)	(36.155)
Obrigação por emissão de letras financeiras ...	Índice DI	1.264.570	9,15	(116.865)	(144.635)	(173.562)
Repasses do país - instituições oficiais.....	Índice IPCA	78.285	5,07	(4.009)	(4.961)	(5.954)
Instrumentos financeiros derivativos.....	Índice DI	28.894	9,15	(2.670)	(3.305)	(3.966)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(453.263)</b>	<b>(560.969)</b>	<b>(673.164)</b>

**Em 31 de dezembro de 2020**

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Valorização		
				1%	25%	50%
Operações de crédito.....	Índice IPCA	131.605	3,56	4.732	5.856	7.028
Depósitos a prazo.....	Índice DI	2.255.314	1,90	43.279	53.564	64.276
Obrigações por operações compromissadas...	Índice DI	-	1,90	-	-	-
Obrigação por emissão de letras imobiliárias...	Índice DI	8.659	1,90	166	206	247
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	Índice DI	145.581	1,90	2.794	3.458	4.149
Obrigação por emissão de letras financeiras ...	Índice DI	749.286	1,90	14.379	17.796	21.355
Repasses do país - instituições oficiais.....	Índice IPCA	132.611	3,56	4.768	5.901	7.081
Instrumentos financeiros derivativos.....	Índice DI	51.764	1,90	993	1.229	1.475
<b>Efeito líquido</b>				<b>71.111</b>	<b>88.010</b>	<b>105.611</b>

**Cenário em baixa**

Operação	Risco de variação em:	Valor-base:	Cenário-base:	Deterioração		
				1%	25%	50%
Operações de crédito.....	Índice IPCA	131.605	3,56	(4.732)	(5.856)	(7.028)
Depósitos a prazo.....	Índice DI	2.255.314	1,90	(43.279)	(53.564)	(64.276)
Obrigações por operações compromissadas...	Índice DI	-	1,90	-	-	-
Obrigação por emissão de letras imobiliárias...	Índice DI	8.659	1,90	(166)	(206)	(247)
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	Índice DI	145.581	1,90	(2.794)	(3.458)	(4.149)
Obrigação por emissão de letras financeiras ...	Índice DI	749.286	1,90	(14.379)	(17.796)	(21.355)
Repasses do país - instituições oficiais.....	Índice IPCA	132.611	3,56	(4.768)	(5.901)	(7.081)
Instrumentos financeiros derivativos.....	Índice DI	51.764	1,90	(993)	(1.229)	(1.475)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(71.111)</b>	<b>(88.010)</b>	<b>(105.611)</b>

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2021, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice.

- Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto-base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano.
- Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano.
- Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco CNH Industrial utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre indexadores e prazos de suas carteiras.

Os cenários demonstram a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela CETIP para os meses de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado pelo IBGE em dezembro de 2021 e dezembro de 2020.

**23. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO**

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
<b>Resultado não Recorrente Regulatório</b>		
Crédito Tributário majoração alíquota da CS (a) (b).....	884	1.530
Doações.....	3.039	2.519

**a)** Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

**b)** Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), de 20% para 25%, nos termos da Lei nº 14.183 de 14 de julho 2021, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

**24. LIMITES OPERACIONAIS**

CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 é 11,61% (12,36% em 2020). A redução no índice de Basileia foi basicamente aumento no portfólio ponderado (RWA) no exercício de 2021. O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) de 3,61% acima do mínimo exigido (8%).

**DIRETORIA****HEBERSON GOES**  
Presidente  
Responsável pela contabilidade**JUCIVALDO FEITOSA**  
Diretor**MARCIO CONTRERAS**  
Diretor**CARLOS BERNARDIS**  
Diretor**REGIANNE VASSÃO**  
Diretora**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****ODDONE INCISA**  
Presidente**VILMAR FISTAROL**  
Conselheiro**ELIAS MENDES**  
Conselheiro**HEBERSON GOES**  
Conselheiro**BIANCA BELOTTI**  
Conselheira**COMITÊ DE AUDITORIA****HEBERSON GOES**  
Presidente**JUCIVALDO FEITOSA**  
Membro**REGIANNE VASSÃO**  
Membro**JANE BRAZ**  
CRC PR-038616/O - CPF 673.966.079-49**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Principais Atividades**

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

**Conclusão**

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2021 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022.

**Comitê de Auditoria****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

**Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 13.918.835 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 557.398 mil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco registrou receita com operações de crédito no montante de R\$ 1.263.555 mil e despesas com perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 274.924 mil. Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto:**

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação de existência de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Ambiente de tecnologia da informação**

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto:**

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes, no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria

executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das identificações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6Eduardo Wellichen  
Contador CRC-1SP184050/O-6